



15ª Conferência Lusófona de Ciência Aberta (ConfOA)
Acesso Aberto e Dados de Investigação Abertos: sistemas, políticas e práticas
Ciência Aberta e outras expressões de conhecimento aberto
Gestão de informação de Ciência e Tecnologia
Modalidade: Comunicação oral

Comunicação estratégica na governança de dados indígenas

Laís Barbudo Carrasco

Mid Sweden University (MIUN), Sundsvall, Västernorrland, Suécia.

[0000-0003-2938-9390](tel:0000-0003-2938-9390)

lais.barbudocarrasco@miun.se

Emanuelle Torino

Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

5042296869081637

[0000-0002-3791-9884](tel:0000-0002-3791-9884)

emanuelle@utfpr.edu.br

Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasília, Distrito Federal, Brasil.

[7390573927636069](tel:7390573927636069)

[0000-0002-4216-0374](tel:0000-0002-4216-0374)

silvana.vidotti@unesp.br

RESUMO:

O artigo examina a importância da comunicação estratégica na governança de dados indígenas, com enfoque na soberania desses dados. Por meio de uma revisão de literatura com abordagem descritiva exploratória, o estudo investiga como práticas de comunicação estratégica participativa promovem conscientização, empoderamento, diálogo e colaboração entre *stakeholders*. A comunicação estratégica é vista como uma ferramenta crucial para aumentar a conscientização, empoderar comunidades, facilitar o diálogo e promover práticas éticas e respeitadas na gestão de dados de povos e comunidades indígenas. Conclui-se que esse processo deve ser contínuo e adaptável às necessidades indígenas, valorizando suas vozes e avançando para uma governança de dados justa, inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: comunicação estratégica; governança de dados indígenas; princípios CARE.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a questão da governança de dados indígenas tem ganhado destaque significativo, à medida em que as discussões em torno da soberania e do controle dos povos indígenas sobre seus próprios dados se tornam cada vez mais presentes. A interseção entre a tecnologia, os direitos humanos e a autodeterminação indígena têm gerado debates acalorados e impulsionado movimentos de conscientização e ativismo em todo o mundo. Nesse contexto, a comunicação estratégica pode desempenhar um papel fundamental na promoção da governança de dados de povos indígenas, facilitando a conscientização, a participação e o fortalecimento das comunidades indígenas.

A comunicação estratégica, conforme delineada por Falkheimer e Heide (2022) e Heide *et al.* (2018), desempenha um papel crucial na facilitação da cocriação de conhecimentos, significados e valores em práticas emergentes, o que é especialmente aplicável no contexto da governança de dados de povos indígenas. Ao engajar estrategicamente diversos *stakeholders*, incluindo comunidades indígenas, pesquisadores, formuladores de políticas e desenvolvedores de tecnologia, a comunicação estratégica promove um ambiente colaborativo no qual perspectivas, *insights* e experiências diversas podem convergir. Esse tipo de comunicação ajuda a preencher lacunas, mitigar desequilíbrios de poder e construir confiança e entendimento mútuo entre os *stakeholders*, além de favorecer interações significativas e troca de conhecimento. Através da cocriação de significado por meio da comunicação estratégica, as práticas emergentes na governança de dados de povos indígenas podem refletir melhor as diversas necessidades, aspirações e contextos culturais das comunidades indígenas, resultando em soluções mais inclusivas, equitativas e culturalmente sensíveis.

Nesse contexto, a comunicação estratégica se refere ao processo deliberado de planejamento, implementação e avaliação de mensagens e ações comunicativas com o objetivo de alcançar metas específicas em um contexto organizacional, social ou político. Envolve a identificação de públicos-alvo, a seleção de canais e ferramentas de comunicação adequados, e a criação de mensagens e narrativas relevantes, persuasivas e impactantes. A comunicação estratégica é essencial para promover compreensão, engajamento e influência de *stakeholders*, bem como para gerenciar crises, construir reputação e alcançar objetivos institucionais (Falkheimer; Heide, 2022; Heide *et al.*, 2018). Ademais, a comunicação estratégica possui um papel transformativo para a mudança social e a transformação cultural, promovendo o engajamento democrático e o empoderamento de grupos marginalizados (Carrasco, 2024). Ao proporcionar uma plataforma para a voz e a agência desses grupos, a comunicação estratégica não apenas apoia a inclusão e a equidade, mas também catalisa mudanças significativas nas estruturas sociais e culturais existentes. Dessa forma, contribui para um desenvolvimento mais justo e sustentável, em que todas as vozes são ouvidas e respeitadas.

A governança de dados indígenas se refere ao conjunto de políticas, princípios, processos e práticas que orientam o controle, a gestão e o uso de dados relacionados

às comunidades, territórios e conhecimentos indígenas. Ela reconhece a importância da autodeterminação e da soberania dos povos indígenas sobre seus próprios dados, bem como o respeito à cultura, protocolos e direitos dessas comunidades.

Os princípios CARE — acrônimo para *Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics* — são fundamentais nesse contexto, pois enfatizam a necessidade de benefícios coletivos, autoridade para controlar, responsabilidade e ética na governança de dados indígenas (GIDA, 2019). Esses princípios garantem que os dados sejam utilizados de maneira que promova o bem-estar das comunidades indígenas, respeitando sua autoridade para gerenciar e controlar esses dados, e assegurando práticas éticas e responsáveis na coleta, armazenamento e uso dos dados e informações. A governança de dados indígenas visa, portanto, garantir que as decisões relacionadas aos dados sejam tomadas de forma transparente, inclusiva e ética, levando em consideração interesses e perspectivas das comunidades indígenas e promovendo a justiça e a equidade na gestão e no uso dos dados (Carroll *et al.*, 2020; GIDA, 2019; Kukutai; Taylor, 2016).

Nesse contexto, uma abordagem participativa é essencial para garantir o envolvimento significativo e a representação das comunidades indígenas nos processos de tomada de decisão sobre a governança de dados. Essa abordagem valoriza seus sistemas de conhecimento e práticas culturais, permitindo que moldem a governança de dados conforme seus valores. O engajamento comunitário é central, permitindo que as vozes indígenas sejam ouvidas e incorporadas nas decisões. Consultas e comitês consultivos facilitam a colaboração entre comunidades indígenas e *stakeholders*. O fortalecimento das capacidades de comunicação estratégica na governança de dados indígenas contribui para aprimorar a gestão de dados — o que, por sua vez, promove maior confiança e parcerias colaborativas. Baseada em equidade e respeito pelos direitos indígenas, a comunicação estratégica busca abordar injustiças históricas e criar *frameworks* de governança de dados culturalmente sensíveis. Nessa perspectiva, oferece um caminho para práticas de gestão de dados mais inclusivas, éticas e respeitadas, beneficiando todos os *stakeholders* envolvidos.

Segundo o relatório do Ada Lovelace Institute sobre Governança Participativa de Dados (Patel, 2021), no discurso contemporâneo, a governança de dados normalmente diz respeito à definição de autoridade e controle sobre o uso dos dados. No entanto, os modelos existentes de governança de dados muitas vezes negligenciam as preocupações dos beneficiários dos dados e falham em incorporar suas perspectivas nos processos de tomada de decisão.

A governança participativa de dados apresenta uma ruptura com essa norma, enfatizando o envolvimento dos beneficiários no *design*, desenvolvimento e implementação de *frameworks* de governança de dados. Nesse sentido, a participação pode promover equidade social e econômica, reequilibrar assimetrias de poder e aumentar a confiança pública no uso dos dados. O relatório fornece um *framework* para a governança participativa de dados, inspirado na “escada da participação cidadã” de Sherry Arnstein (1969), que visa capacitar os beneficiários a progredirem de informados e consultados para colaborarem ativamente

na governança de dados, utilizando mecanismos como transparência, consulta, *co-design* e colaboração para melhorar a confiança, responsabilidade e responsividade nas práticas de governança de dados.

Nesse contexto, com base no relatório do Ada Lovelace Institute (Patel, 2021) sobre Governança Participativa de Dados, este estudo visa aplicar o *framework* de governança participativa de dados no contexto da governança de dados indígenas, considerando a soberania e o controle dos povos indígenas sobre seus próprios dados, além de explorar a importância da comunicação estratégica nessa governança, destacando as potencialidades da abordagem participativa para promover a conscientização, o empoderamento das comunidades indígenas e facilitar o diálogo e a colaboração entre os diferentes *stakeholders* envolvidos.

A metodologia adotada neste estudo é descritiva exploratória, com uma abordagem socioconstrutivista, que busca compreender como as interações sociais e as construções de significado influenciam a governança de dados indígenas. Por meio da revisão de literatura, o estudo examina diversas fontes acadêmicas e práticas relacionadas à governança participativa de dados e ao contexto específico das comunidades indígenas. Essa abordagem permite identificar e analisar as dinâmicas sociais e culturais que moldam a percepção e o controle dos povos indígenas sobre seus dados. A metodologia descritiva exploratória facilita a compreensão das complexas interações entre os diferentes *stakeholders* envolvidos, destacando como a comunicação estratégica pode ser usada para promover a conscientização, o empoderamento e a colaboração efetiva entre as comunidades indígenas e os outros atores na governança de dados.

Governança de dados indígenas: contexto e desafios

Antes de discutir a importância da comunicação estratégica na governança de dados indígenas, é crucial entender o contexto em que essas questões surgem e os desafios atrelados. Historicamente, os povos indígenas têm sido alvo da exploração e violação de direitos por parte de governos, instituições e pesquisadores, especialmente no campo da pesquisa genética e antropológica. A falta de consentimento informado, o uso inadequado de dados e a ausência de representação e voz das comunidades indígenas são apenas alguns dos problemas enfrentados (Carroll *et al.*, 2020; GIDA, 2019; Kukutai; Taylor, 2016).

Além disso, as disparidades de poder entre os povos indígenas e os atores externos, como instituições acadêmicas e empresas, frequentemente resultam em relações desiguais e injustas no que diz respeito ao controle e à governança dos dados. Portanto, é essencial desenvolver abordagens que capacitem as comunidades indígenas a exercerem a soberania sobre seus dados e a participarem ativamente dos processos de governança (Carroll *et al.*, 2020; GIDA, 2019; Kukutai; Taylor, 2016).

Os princípios CARE — acrônimo para *Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics* — são fundamentais na governança de dados indígenas (GIDA, 2019). Eles destacam a importância de garantir que os dados beneficiem coletivamente as

comunidades indígenas (*Collective Benefit/Benefício Coletivo*), reconhecendo a autoridade das comunidades para controlar seus próprios dados (*Authority to Control/Autoridade para Controlar*). Além disso, enfatizam a responsabilidade na gestão e utilização dos dados (*Responsibility/Responsabilidade*), e a necessidade de práticas éticas que respeitem os direitos e interesses das comunidades indígenas (*Ethics/Ética*). Esses princípios são essenciais para assegurar que a governança de dados indígenas seja justa, respeitosa e alinhada com os valores e as necessidades das comunidades indígenas, ao promover a autodeterminação e proteger contra a exploração, a marginalização e a vulnerabilidade.

A governança de dados de povos indígenas (um aspecto crítico dentro do discurso mais amplo sobre governança de dados) se refere à gestão, utilização e proteção de dados relacionados aos povos indígenas e suas comunidades. Este domínio especializado reconhece os contextos culturais, históricos e políticos únicos nos quais os dados indígenas operam e reconhecem a soberania, a autodeterminação e os direitos dos povos indígenas sobre seus dados. Envolve uma gama de princípios, protocolos e *frameworks* voltados para garantir que iniciativas de dados que envolvem populações indígenas sejam respeitosas, éticas e benéficas para essas comunidades.

No cerne da governança de dados indígenas, está a ênfase na autogovernança indígena e no controle sobre os dados coletados sobre povos indígenas, armazenados e usados nos contextos e relacionados aos povos em questão. Isso implica o estabelecimento de mecanismos que capacitem as comunidades indígenas a determinar como os dados podem ser coletados, armazenados, acessados e compartilhados, ao mesmo tempo em que protegem contra exploração, deturpação ou apropriação cultural. *Frameworks* de governança de dados de povos indígenas priorizam a proteção dos sistemas de conhecimentos indígenas, do patrimônio cultural e das práticas tradicionais, defendendo o reconhecimento e a validação das perspectivas e modos de conhecimento indígenas no contexto das iniciativas de dados.

Um aspecto fundamental da governança de dados de povos indígenas é o princípio da soberania dos dados, que afirma os direitos indígenas à propriedade, controle e jurisdição sobre dados referentes às suas comunidades. A soberania dos dados desafia os legados coloniais de extração e exploração de dados, afirmando a autoridade indígena para governar seus dados de acordo com seus próprios valores, protocolos e processos de tomada de decisão. Defende, ainda, o desenvolvimento de estruturas e parcerias de governança de dados lideradas por indígenas que priorizem a autodeterminação e a autonomia comunitária indígena.

Além disso, a governança de dados indígenas enfatiza a importância de práticas de pesquisa culturalmente respeitosas e éticas ao se envolver com dados de povos indígenas. Isso inclui a obtenção de consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígenas antes da coleta ou do uso de seus dados, o respeito aos protocolos culturais e aos protocolos de compartilhamento de dados, e a garantia de que as iniciativas de pesquisa sejam condizentes com as prioridades de pesquisa indígenas e beneficiem as comunidades indígenas. A

governança de dados indígenas também defende a inclusão de vozes e visões de mundo indígenas em todas as etapas do ciclo de vida dos dados, desde a coleta e análise até a interpretação e disseminação.

É importante destacar que a governança de dados de povos indígenas não é um conceito estático e homogêneo, mas é moldada por diversas culturas, contextos, visões de mundo e prioridades indígenas. A governança de dados reconhece a diversidade de experiências e sistemas de conhecimentos indígenas, o que possibilita que abordagens de governança de dados variem entre diferentes comunidades e contextos indígenas. Portanto, as iniciativas de governança de dados indígenas devem ser flexíveis, inclusivas e responsivas às necessidades, aspirações e contextos culturais específicos das comunidades a que servem.

Sendo assim, a governança de dados indígenas é fundamental para garantir que iniciativas de dados envolvendo povos indígenas sejam conduzidas de maneira a respeitar seus direitos, valores, visões de mundo e soberania. Ao centrar a autodeterminação indígena, o respeito cultural e as práticas de pesquisa éticas, a governança de dados indígenas busca corrigir injustiças históricas e capacitar as comunidades indígenas a controlar seus dados de maneiras que promovam equidade, justiça e bem-estar.

A importância da comunicação estratégica

A comunicação estratégica, segundo Falkheimer e Heide (2022) e Heide *et al.* (2018), vai além da simples troca de informações, sendo vista como um processo integrado que alinha os objetivos comunicacionais com as metas organizacionais ou sociais. Ela envolve a coordenação de múltiplos atores e é orientada para a criação de valor coletivo por meio do diálogo e da colaboração. Essa abordagem se mostra especialmente relevante na governança de dados indígenas, pois envolve uma gestão sensível e responsável das informações, garantindo que os interesses e direitos das comunidades indígenas sejam respeitados. A comunicação estratégica facilita a participação ativa das comunidades no processo decisório, promovendo transparência, inclusão e o desenvolvimento de metodologias que atendam às suas necessidades e perspectivas. Isso garante que a governança de dados seja conduzida de maneira ética, colaborativa e culturalmente adequada. Ela envolve o engajamento deliberado de stakeholders variados, como comunidades indígenas, pesquisadores, formuladores de políticas e desenvolvedores de tecnologia. Utilizando estratégias eficazes, a comunicação estratégica facilita a contribuição ativa dos stakeholders, preenchendo lacunas de comunicação, abordando desigualdades de poder e fomentando confiança mútua. A comunicação estratégica, por sua vez, envolve planejamento, execução e avaliação de estratégias de comunicação para alcançar objetivos específicos, utilizando táticas como mensagens, *storytelling* e engajamento do público. A comunicação estratégica é essencial para construir confiança, moldar percepções e mobilizar apoio.

A cocriação de significado (*co-creation of meaning*), um processo colaborativo no qual indivíduos e grupos constroem entendimentos compartilhados, é crucial para gerar novas

ideias e resolver problemas complexos. A cocriação de significado requer engajamento ativo e diálogo reflexivo entre *stakeholders*, valorizando diversas perspectivas e experiências culturais (Carrasco, 2024). A integração da cocriação de significado na comunicação estratégica cria um *framework* para colaborações bem-sucedidas (Falkheimer; Heide, 2022; Heide *et al.*, 2018). Combinar essas abordagens permite que organizações desenvolvam estratégias de comunicação impactantes, que envolvem *stakeholders* e constroem consenso. Essa integração promove inovação, melhor tomada de decisões, fortalecimento de parcerias e maior resiliência. Organizações que adotam diálogo, empatia e abertura podem aproveitar a inteligência coletiva dos *stakeholders* para inovar, resolver problemas e alcançar objetivos comuns, utilizando a comunicação estratégica para engajar efetivamente os públicos e mobilizar apoio para suas iniciativas.

QUADRO 1 – Estratégias de Comunicação para Governança de Dados Indígenas

Objetivo	Estratégias de comunicação
Conscientização e Educação	Campanhas de sensibilização, materiais educativos e eventos de divulgação
Empoderamento das Comunidades Indígenas	Realização de workshops, treinamentos e consultas comunitárias para garantir a participação e a representatividade das comunidades
Facilitação do Diálogo e da Colaboração	Criação de espaços seguros e inclusivos para discussão, nos quais diferentes perspectivas e interesses possam ser considerados e reconciliados
Promoção de Práticas Éticas e Respeitosas	Destaque à importância do consentimento informado, do respeito à cultura e aos protocolos indígenas, bem como da proteção dos direitos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A comunicação estratégica pode desempenhar um papel fundamental na governança de dados de povos indígenas, ao abranger diversas áreas de atuação. Primeiramente, ela contribui para aumentar a conscientização sobre a importância da governança de dados de povos indígenas, não apenas nas próprias comunidades indígenas, mas também entre pesquisadores, instituições governamentais e a sociedade em geral. Essa conscientização é promovida por meio de campanhas de sensibilização, materiais educativos e eventos de divulgação. Além disso, a comunicação estratégica visa o empoderamento das comunidades indígenas, fornecendo-lhes informações e recursos para entenderem seus direitos em relação aos dados e participarem ativamente dos processos de governança. Isso pode incluir a realização de workshops, treinamentos e consultas comunitárias, garantindo que as vozes das comunidades indígenas sejam ouvidas e respeitadas (Falkheimer; Heide, 2022; Heide *et al.*, 2018).

A comunicação estratégica facilita o diálogo e a colaboração entre as comunidades indígenas e outros atores envolvidos na governança de dados, como pesquisadores, instituições acadêmicas e governamentais. Isso é alcançado por meio da criação de espaços seguros e inclusivos para discussão, nos quais diferentes perspectivas e interesses podem ser considerados e reconciliados. Por fim, a comunicação estratégica promove práticas éticas

e respeitadas na gestão e no uso de dados de povos indígenas, destacando a importância do consentimento informado, do respeito à cultura e aos protocolos indígenas, e da proteção dos direitos e interesses das comunidades indígenas. Essas práticas contribuem para a construção de relações mais justas e equitativas entre os povos indígenas e outros atores envolvidos na governança de dados.

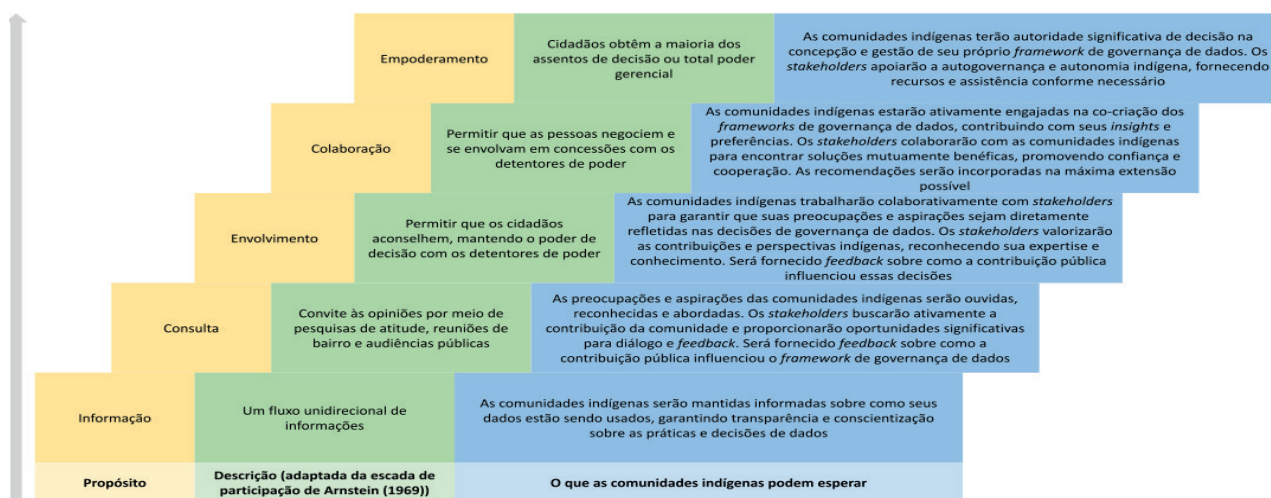
Abordagem participativa para governança de dados indígenas

A escada de participação cidadã, um modelo teórico desenvolvido por Sherry Arnstein em 1969, descreve diferentes níveis de participação pública no processo de tomada de decisões. A **FIGURA 1** apresenta uma estrutura hierárquica delineando os níveis de engajamento participativo na governança de dados indígenas, inspirada na escada de participação cidadã de Arnstein. Cada nível representa um grau progressivamente mais profundo de envolvimento e empoderamento para as comunidades indígenas na governança de seus dados.

No que tange à “Informação”, as comunidades indígenas têm acesso à transparência básica sobre como seus dados são utilizados. Isso envolve um fluxo unidirecional de informações dos *stakeholders* para as comunidades, garantindo que sejam mantidas informadas sobre as práticas adotadas, em consonância com as decisões tomadas pelas comunidades indígenas.

Subindo a escada para “Consulta”, as opiniões e perspectivas das comunidades indígenas são ativamente solicitadas. Os *stakeholders* utilizam vários métodos, como pesquisas, reuniões e audiências públicas, para reunir a contribuição da comunidade. A ênfase está no diálogo significativo, no reconhecimento das preocupações e na provisão de feedback sobre como a contribuição da comunidade influencia a tomada de decisões.

FIGURA 1 – Níveis de participação cidadã



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Arnstein (1969).

No estágio de “Envolvimento”, as comunidades indígenas desempenham um papel ativo ao aconselhar e contribuir para os processos de tomada de decisão. No entanto, para evitar uma perspectiva colonial, é fundamental que não haja supremacia não indígena nesse contexto. Embora a autoridade final de decisão costuma ser atribuída aos *stakeholders*, é necessário reavaliar essa dinâmica para assegurar que a contribuição indígena seja buscada e valorizada, e que tenha um peso decisivo. Esse nível deve promover uma colaboração genuína entre *stakeholders* e comunidades, garantindo que as perspectivas indígenas sejam diretamente refletidas nas decisões de governança de dados, sem imposições externas.

Avançando para “Colaboração”, os *stakeholders* e as comunidades indígenas se envolvem na cocriação dos *frameworks* de governança de dados. As comunidades indígenas participam ativamente na formulação de políticas, fornecendo insights e trabalhando em conjunto com os *stakeholders* para encontrar soluções mutuamente benéficas. A colaboração promove confiança e cooperação, com as recomendações indígenas sendo consideradas e incorporadas ao máximo possível.

O nível mais alto, o de “Empoderamento”, representa o auge do engajamento participativo, no qual as comunidades indígenas têm autoridade significativa de decisão na gestão de seus dados. Nesse contexto, o empoderamento também pode ser visto como o reconhecimento, por parte dos pesquisadores, de que as comunidades indígenas possuem a autoridade e a soberania para governar seus dados, levando em consideração suas aspirações, culturas e visões de mundo. Aqui, os *stakeholders* apoiam a autogovernança e a autonomia indígena, fornecendo recursos e assistência conforme necessário. Esse nível visa garantir que as comunidades indígenas tenham o poder e a agência para governar seus dados em alinhamento com seus valores culturais e aspirações.

No geral, destaca-se a importância de progredir por meio desses níveis de engajamento participativo para assegurar um envolvimento significativo das comunidades indígenas na governança de dados, levando a resultados mais equitativos e culturalmente sensíveis, tendo como pressupostos primários o respeito, a ética e o reconhecimento da soberania dos povos indígenas sobre seus dados.

Benefícios da abordagem participativa na governança de dados indígenas

Uma abordagem participativa envolve o engajamento ativo de *stakeholders*, incluindo grupos marginalizados ou vulneráveis, nos processos de tomada de decisão que os afetam. Essa abordagem reconhece a importância de incluir diversas perspectivas, sistemas de conhecimento e experiências nas estruturas e iniciativas de governança. Abordagens participativas empoderam grupos marginalizados, dando-lhes voz, agência e propriedade sobre as decisões que impactam suas vidas, promovendo assim equidade social, inclusão e justiça. O **QUADRO 2** descreve os benefícios das abordagens participativas na governança de dados de povos indígenas, juntamente com seu escopo e descrições. Essas abordagens

são instrumentais e auxiliam no empoderamento das comunidades indígenas, garantindo respeito e reconhecimento cultural, abordando desequilíbrios de poder e melhorando a qualidade e relevância dos dados.

QUADRO 2 – Benefícios das abordagens participativas na governança de dados indígenas

Benefício	Escopo	Descrição
Empoderamento da Autodeterminação	Abordagens participativas permitem que as comunidades indígenas exerçam seus direitos à autodeterminação e soberania sobre seus dados	Ao envolver os povos indígenas nos processos de governança de dados, a autoridade de decisão é descentralizada, permitindo que as comunidades moldem iniciativas de dados em alinhamento com seus valores culturais, prioridades, visões de mundo e aspirações
Garantia de Respeito e Reconhecimento Cultural	Abordagens participativas facilitam o reconhecimento e respeito aos sistemas de conhecimento, línguas e protocolos culturais indígenas nas práticas de governança de dados	As comunidades indígenas são capacitadas para definir como seus dados são coletados, usados e compartilhados, garantindo que as iniciativas de dados honrem suas perspectivas, tradições e modos de saber
Abordagem dos Desequilíbrios de Poder	Abordagens participativas desafiam dinâmicas de poder existentes e desigualdades ao redistribuir a autoridade de decisão e promover processos de tomada de decisão inclusivos	As comunidades indígenas são posicionadas como participantes ativos, em vez de sujeitos passivos, permitindo-lhes transpor a marginalização, a discriminação e a exploração nas práticas de dados
Melhoria da Qualidade e Relevância dos Dados	Abordagens participativas melhoram a relevância, a precisão e a confiabilidade dos dados ao incorporar perspectivas, experiências e prioridades indígenas nos processos de coleta, análise e interpretação de dados	As comunidades indígenas contribuem com insights únicos e conhecimento contextual, enriquecendo os conjuntos de dados e informando políticas e intervenções culturalmente mais sensíveis e responsivas

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As abordagens participativas na governança de dados de povos indígenas empoderam as comunidades ao envolvê-las diretamente no processo decisório. Essa descentralização permite que moldem iniciativas conforme seus valores culturais, prioridades e aspirações. Reconhecendo e respeitando os sistemas de conhecimento, línguas e protocolos culturais, essas abordagens capacitam as comunidades a definir como seus dados são coletados, usados e compartilhados, garantindo a preservação de suas perspectivas e tradições. Além disso, essas práticas desafiam as dinâmicas de poder e desigualdades existentes, redistribuindo a autoridade de decisão e promovendo processos inclusivos. Com isso, as comunidades indígenas se tornam participantes ativas, combatendo a marginalização, a discriminação, a exploração e a vulnerabilidade nas práticas de dados.

Essas abordagens também aprimoram a qualidade e relevância dos dados, ao incorporar perspectivas, experiências e prioridades indígenas nos processos de coleta, análise e interpretação. Isso enriquece os conjuntos de dados e orienta políticas e intervenções culturalmente mais sensíveis e responsivas. Sendo assim, as abordagens participativas na governança de dados indígenas são essenciais para o empoderamento das comunidades,

assegurando respeito e reconhecimento cultural, corrigindo desequilíbrios de poder ao aprimorar a qualidade e relevância dos dados. Ao promover colaboração e inclusão, essas abordagens resultam em práticas de governança de dados mais equitativas e culturalmente sensíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A governança de dados indígenas é um campo complexo e dinâmico que demanda abordagens sensíveis, éticas e colaborativas para garantir o respeito aos direitos e interesses das comunidades, seguindo os princípios CARE (*Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics*). A comunicação estratégica desempenha um papel crucial nesse processo, aumentando a conscientização, capacitando as comunidades, facilitando o diálogo e promovendo práticas éticas na gestão e no (re)uso de dados. Valorizar as vozes e perspectivas das comunidades indígenas é fundamental para avançar em direção a uma governança de dados mais justa, inclusiva, equitativa e colaborativa.

A implementação pragmática de processos participativos na governança de dados indígenas reflete os princípios da comunicação estratégica de transparência, responsabilidade e colaboração. Parcerias colaborativas, *co-design* de mecanismos de governança e esforços de capacitação contribuem para o engajamento significativo e a tomada de decisão pelas comunidades indígenas. Esses mecanismos promovem confiança, transparência e responsabilidade entre os *stakeholders*, melhorando a eficácia e a legitimidade das iniciativas de governança de dados.

Fundamentada na comunicação estratégica, a cocriação de significado enfatiza a importância de respeitar perspectivas, experiências e valores diversos na geração e aplicação do conhecimento. No contexto da governança de dados de povos indígenas, isso envolve respeitar epistemologias e visões de mundo indígenas, fomentar o diálogo intercultural e integrar conhecimento local e científico. Ao adotar metodologias culturalmente responsivas e práticas éticas de pesquisa, a cocriação de significado garante que as iniciativas de dados sejam significativas, relevantes e benéficas para as comunidades indígenas.

Apesar do potencial da comunicação estratégica na promoção da governança de dados de povos indígenas, há desafios significativos. É crucial superar barreiras linguísticas e culturais, garantir a representação adequada das comunidades indígenas nos processos de comunicação e governança, bem como abordar as disparidades de poder entre os diferentes atores (Carroll *et al.*, 2020; GIDA, 2019; Kukutai; Taylor, 2016). Além disso, é essencial reconhecer que a comunicação estratégica não é uma solução única ou definitiva, mas sim um processo contínuo e evolutivo. À medida que as tecnologias e práticas de comunicação evoluem, é fundamental adaptar e atualizar as estratégias para atender às necessidades e realidades das comunidades indígenas.

A governança de dados indígenas reconhece os direitos únicos, perspectivas e interesses das comunidades indígenas na gestão e uso de dados que lhes dizem respeito.

Isso reconhece injustiças históricas e desafios contínuos enfrentados pelos povos indígenas no que diz respeito à coleta, armazenamento e uso de dados. Os *frameworks* de governança de dados indígenas buscam capacitar comunidades indígenas para controlar seus próprios dados, proteger seu patrimônio cultural e garantir que iniciativas de dados respeitem sistemas de conhecimentos indígenas, bem como seus valores, visões de mundo e aspirações.

Em conclusão, a abordagem participativa para governança de dados indígenas contribui para uma mudança fundamental rumo ao empoderamento das comunidades indígenas e promoção de equidade, inclusão e justiça nas práticas de dados. Ao reconhecer os direitos dos povos indígenas à autodeterminação e soberania sobre seus dados, abordagens participativas asseguram que processos decisórios sejam descentralizados, culturalmente respeitosos e inclusivos de perspectivas indígenas.

Por meio de mecanismos como engajamento comunitário, capacitação e tomada de decisões colaborativas, abordagens participativas permitem que comunidades indígenas moldem *frameworks* de governança de dados alinhados com seus valores, visões de mundo, prioridades e aspirações. Esse empoderamento não apenas aborda injustiças históricas e desequilíbrios de poder, mas também aprimora a relevância, precisão e confiabilidade dos dados ao incorporar perspectivas e sistemas de conhecimentos indígenas, de forma ética e respeitosa. Além disso, abordagens participativas fomentam confiança, colaboração e parceria entre comunidades indígenas e *stakeholders*, resultando em práticas de governança de dados mais transparentes, responsáveis e responsivas. Ao priorizar diálogo significativo, respeito mútuo e tomada de decisões compartilhadas, abordagens participativas estabelecem bases para que soluções mais inclusivas, equitativas e culturalmente sensíveis emergam.

Para avançar, é essencial continuar promovendo abordagens participativas na governança de dados de povos indígenas, reconhecendo as diversas necessidades, contextos e aspirações das comunidades indígenas. Isso exige um compromisso contínuo de todos os *stakeholders* em priorizar autodeterminação indígena, respeito cultural e práticas éticas de pesquisa em iniciativas de dados.

Em última análise, ao adotar abordagens participativas, é possível trabalhar para construir um ecossistema de dados mais justo, equitativo e sustentável, que honre os direitos, valores e soberania dos povos indígenas, beneficiando também a sociedade como um todo.

No entanto, é importante reconhecer as limitações do estudo, especialmente sua dependência de metodologia descritiva-exploratória e revisão de literatura. Enquanto o *framework* teórico oferece insights valiosos, pesquisas futuras devem complementar essa abordagem com entrevistas qualitativas, estudos de caso e metodologias lideradas por indígenas, para contribuir com uma compreensão mais holística da governança de dados de povos indígenas.

Olhando para o futuro, pesquisas subsequentes devem continuar a explorar estratégias inovadoras para o engajamento e colaboração de *stakeholders* na governança de dados indígenas. Isso inclui aproveitar tecnologias emergentes como *blockchain* e inteligência artificial para aprimorar a segurança de dados e a preservação cultural, considerando aspectos éticos,

legais e culturais dentro dos *frameworks* de governança de dados indígenas. Avançando abordagens participativas fundamentadas nos princípios da comunicação estratégica, podemos trabalhar para construir um ecossistema de dados mais justo, equitativo e sustentável que honre os direitos, valores, visões de mundo e soberania dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

PATEL, Reema. Participatory data stewardship: a framework for involving people in the use of data. **Ada Lovelace Institute**, 7 sep. 2021. Disponível em: <https://www.adalovelaceinstitute.org/report/participatory-data-stewardship/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969. DOI: 10.1080/01944366908977225.

CARRASCO, L. B. **The potential of strategic communication for co-creating decolonial narratives in museums**: bridging conceptual depth with practical application. 2024. Master thesis (Master by research in Media and Communication Science) – Mid Sweden University, Sundsvall, 2024.

CARROLL, S. R. *et al.* The CARE Principles for indigenous data governance. **Data Science Journal**, v. 19, n. 1, p. 43, 2020. DOI: 10.5334/dsj-2020-043.

GLOBAL INDIGENOUS DATA ALLIANCE. **CARE Principles for indigenous data governance**. 2019. Disponível em: <https://www.gida-global.org/care>. Acesso em: 20 fev. 2024.

KUKUTAI, T.; TAYLOR, J. (ed.). **Indigenous data sovereignty**: towards an agenda. Canberra: Australian National University Press, 2016. Disponível em: 10.22459/CAEPR38.11.2016. Acesso em: 15 jul. 2024.

FALKHEIMER, J.; HEIDE, M. **Strategic communication**: an introduction to theory and global practice. Routledge, 2022. DOI: 10.4324/9781003168997.

HEIDE, M. *et al.* Expanding the scope of strategic communication: towards a holistic understanding of organizational complexity. **International Journal of Strategic Communication**, v. 12, n. 4, p. 452-468, 2018. DOI: 10.1080/1553118X.2018.1456434.